

Educar em museus históricos: entre deveres e devires da memória

Carina Martins Costa*

Recebido em: 15/10/2019
Aprovado em: 31/10/2019

* Doutora em História, Política e Bens Culturais (FGV-CPDOC), mestre em Projetos Sociais e Bens Culturais (FGV- CPDOC), mestra em Educação (UFJF) e licenciada em História (UFJF). Professora adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI-DAU). Email: martinsgaruda@gmail.com.

Resumo

O artigo pretende abordar as demandas contemporâneas em relação aos museus históricos, buscando historicizar narrativas e práticas educativas encetadas no Museu Mariano Procópio (MMP), em Juiz de Fora/MG, no e sobre o período da Ditadura Militar no Brasil. A pesquisa foi pautada em revisão bibliográfica e análise documental dos relatórios institucionais e setoriais do MMP, além dos jornais e álbuns do município. O período pesquisado foi 1966-1980, parte da gestão da diretora, educadora e escritora Geralda Armond. Alvo de disputas de memórias no tempo presente, que envolvem inclusive perspectivas negacionistas, a narrativa sobre este passado recente permite pensar o dever de memória das instituições e dos seus projetos educativos, para a produção de outros devires.

Palavras-chave

Museu histórico; educação em museus; Museu Mariano Procópio; dever de memória; Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)

Abstract

The article aims to analyze the contemporary demands in relation to historical museums, seeking to historicize narratives and educational practices took at the Museu Mariano Procópio (MMP), in Juiz de Fora / MG, about the period of the Military Dictatorship in Brazil. The research was based on literature review and analysis of institutional and sectoral reports of the MMP, as well as newspapers and albums of the municipality. The surveyed period was 1966-1980, part of the management of the director, educator and writer Geralda Armond. A target of memory disputes in the present time, including negationist perspectives, the narrative about this recent past allows us to think about the memory obligation of institutions and their educational projects, for the production of other becomings.

Keywords

Historical museum; museum education; Museu Mariano Procópio; duty of memory, Brazilian Military Dictatorship (1964-1985).

Educar em museus históricos: entre deveres e devires da memória

O ano de 2018 marcou indelevelmente a história dos museus no Brasil. Dia 2 de setembro, um grande incêndio queimou o Museu Nacional. Serpentinhas de fogo devoraram coleções, arquivos, exposições e prédios com imperiosa potência, sem, aparentemente, nenhuma resistência. A instituição acabara de comemorar seus 200 anos, em meio ao desprestígio do governo Temer e ao profundo desfinanciamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição responsável por sua gestão. Doloroso saber, no caso particular da História, que ali estavam a ser descobertos, por meio de novos olhares e paradigmas, outras formas de interpretar os passados indígenas e africanos. Revoltante reconhecer que não foi possível velar o museu: a polícia jogou bombas de gás nas pessoas que foram se despedir no dia seguinte ao incêndio.

Importante lembrar que o incêndio do Museu Nacional destruiu o rico acervo daquele que era reconhecido como o primeiro setor educativo do Brasil, criado em 1926. O arquivo do Serviço de Assistência Técnica ao Ensino (SAEA) foi fonte para importantes pesquisas sobre a história da educação em museus no Brasil.¹ Por si só, isso já impactaria os projetos educativos pelo extermínio de sementes de porvir ou fragmentos de experiências históricas.

Setembro é marcado, ainda, por outros impactantes incêndios históricos. No dia 11 de 1972, o Palacio de la Moneda ardia após o bombardeio militar, que culminou na morte do presidente Allende e a instalação de uma ditadura no Chile. No mesmo dia 11, em 2001, as Torres Gêmeas, símbolos do capitalismo em Nova York, foram atingidas por aviões e tombaram incendiadas. Imagens de fogo que impactaram a História, marcando a destruição de ciclos. Vale lembrar que, em setembro de 2019, os incêndios na Amazônia marcam o avanço de um projeto ecocida que nos desafia em nossa própria existência, além de apagar a formação lenta, histórica e monumental de patrimônios indígenas na paisagem.²

A filósofa estadunidense Susan Buck Morss no potente livro *O presente do passado* nos lembra que

(...) a aniquilação é o destino de cidades inteiras, obliterando muito mais do registro humano do que aquilo que é preservado. Guerras e desastres naturais são destruidores indiferentes. Heresia, degeneração, blasfêmia, traição, descrença - essas são apenas algumas das ameaças à ortodoxia que clamam pela destruição do registro histórico.³

A autora inspira os museus históricos a se pensarem como resultados também de projetos de destruição, o que pode fomentar projetos educativos que encarem os esquecimentos e silenciamentos como zonas importantes de construção de saberes, afetos e utopias. Da mesma forma, a autora sinaliza para força disruptiva do presente que pressiona o passado e espalha seus fragmentos em lugares inesperados.

Em sentido semelhante, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, ao analisar o que ele chama de mal-estar no patrimônio, argumenta sobre a dificuldade em compreender a obsessão preservacionista das últimas décadas diante da fúria destruidora sob diversos bens culturais. Ao retomar seu argumento sobre a retórica da perda, destaca que “patrimônio” é uma categoria ocidental, muitas vezes ancorada em uma perspectiva de identidade que envolveria defesa, preservação e reconhecimento por ser supostamente estável, coesa e contínua. O autor analisa, em outra perspectiva teórico-metodológica, concepções nativas do patrimônio, nas quais a identidade não é alvo do processo de patrimonialização e sim a extensa rede de trocas e interações com diversas entidades do universo. Assim, para além da retórica da perda, poderíamos “(...) perguntar em que medida esse inimigo não convive internamente com as próprias práticas de preservação, não somente enquanto ameaça, mas simultaneamente como fonte de criação”.⁴ A inspiração de outras matrizes teóricas pode ser um caminho para o trabalho educativo em museus, no sentido da construção de zonas de aproximação a diferentes concepções de patrimônio, que possam valorizar outras formas de ser e estar no mundo, inclusive problematizando a dicotomia entre ser humano e cosmos ou entre passado e presente.

Os museus históricos têm um lugar de destaque nos debates que envolvem a problematização das relações do presente com o passado e da memória com a História. Mais do que nunca, neles se questiona o entendimento, por muito tempo compartilhado e encenado no espaço museal, de que as narrativas históricas são expressões naturais de um passado uniforme e essencializado, visualizável por meio de objetos que dão acesso real e direto. Rompendo-se com essa referência de fundo, cada vez mais se aprofunda a ideia de que o discurso dos museus históricos, como todo discurso, é o produto de uma seleção entre o que lembrar e o que esquecer, realizada em determinado momento do tempo e em função de objetivos políticos e estéticos específicos a um determinado contexto. Nessa dinâmica, os processos de construção identitária se redefinem,

marcados por novas formas e sentidos, relacionando-se, inclusive, a lutas pelo reconhecimento de direitos, que têm mobilizado diferenciados atores sociais.

Não é casual, portanto, que os museus históricos passem a se relacionar, cada vez mais, com uma agenda pública pleiteada por grupos organizados da sociedade civil, que desejam o reconhecimento de “suas” memórias. Nancy Fraser⁵ aponta que, no fim do século XX, as identidades grupais substituíram os interesses de classe como principal incentivo à mobilização política. Por isso, a autora propõe o desafio intelectual e político de conectar, em uma teoria crítica, reconhecimento cultural e maior igualdade social. É nessa esteira que a luta pelo reconhecimento identitário de grupos invade o campo patrimonial, chegando aos museus históricos.

A noção de “dever de memória”, cunhada na França no fim do século XX, ilustra bem essa nova realidade política e cultural, emoldurando debates em diferentes sociedades, onde variados atores tecem novos sentidos para seu passado comum e, assim, reivindicam territórios para o exercício, a exposição e a difusão de sua memória e história. Essa ideia de um dever de memória fez com que grupos organizassem ações reivindicativas e lutassem, inclusive judicialmente, por espaços nos domínios político e cultural, além de criticarem os denominados silêncios oficiais, o que impulsionava suas demandas por transformações ou criação de novas instituições memoriais. Certo é que, em par ou a par das políticas públicas, em diversos momentos, os movimentos sociais vêm reivindicando o direito à memória e à inserção de suas vozes em leis, currículos escolares e espaços culturais. Além disso, a tríade verdade-memória-justiça orienta os trabalhos de memória recentes em relação aos períodos totalitários na América Latina.

Os profissionais que se debruçam sobre a tarefa de escrita do passado são, portanto, crescentemente questionados e convidados a um debate com diversos movimentos/grupos sociais, que veem na preservação de suas memórias um recurso de poder importante para sua afirmação no interior da sociedade maior. O caráter central das demandas memoriais no espaço político contemporâneo deu novo valor à memória, propiciando sua transformação em um autêntico “capital memorial”, mobilizado na defesa da lembrança e da reparação de injustiças.⁶

Em importante reflexão sobre o dever de memória, Durval Muniz destaca a relação do ofício do historiador e os desafios do contemporâneo, onde o passado é muitas vezes apropriado como mercadoria:

Os historiadores, embora não deixem de ser, hoje, vendedores de passado, quase sempre a preço vil, devem fazê-lo não a serviço do branqueamento, da limpeza,

da assepsia do passado (...), devem ser agentes do luto social (...). A história deve ser o trabalho com o trauma para que ele deixe de alimentar a paralisia e o branco psíquico e histórico e possa levar à ação, à criação, à invenção, à afirmação da vida naquilo que ela tem de beleza.⁷

Educar em museus históricos, mais do que nunca, implica em trabalharmos com ruínas, cinzas e apagamentos. Reconhecer os rastros de destruição que conformam coleções e instituições. Ampliar para outros registros de patrimonialização e, portanto, de preservação, pesquisa e imaginação.

Tal esforço parece repercutir em toda América Latina, principalmente no contexto pós-ditatorial, no qual projetos silenciados de memórias de grupo foram fortalecidos em prol da pluralidade das histórias nacionais de diversos países e da democratização de suas sociedades. Surgem, nessa esteira, projetos para promoção da consciência e em favor do dever de memória em relação aos regimes totalitários, como o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos (Santiago, Chile), o Museo Sitio de la Memoria ESMA (Buenos Aires, Argentina) e o Memorial da Resistência (São Paulo, Brasil), dentre outras iniciativas.

O Estado brasileiro encampou, no início do século XXI, a necessidade de pluralizar o acesso e as linguagens dos museus brasileiros e definiu, por meio da Política Nacional de Museus, os principais eixos de ação, com destaque para a educação. Importa ressaltar que a política atual pretende empoderar experiências de museus comunitários e/ou de “primeira pessoa”, ou seja, aqueles em que as comunidades falam por si, o que redimensiona o papel dos museus como ferramenta para a construção da cidadania e de outras escritas sobre o passado. Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Museal busca garantir avanços para o campo profissional.

Todas essas iniciativas estão na berlinda com o recrudescimento do autoritarismo no Brasil no governo Jair Bolsonaro, no qual a educação, a cultura e a arte são sumariamente atacadas pelo presidente e parte de seus ministros. Ainda é cedo para avaliarmos as repercussões para o campo, embora indícios das repercussões de uma tentativa de reescrita da história nacional possam ser percebidos, a exemplo de elogios públicos ao coronel Ustra (torturador condenado pela justiça brasileira), a indicação para o tratamento do golpe de 1964 como “revolução” e a proposta de implementação de escolas cívico-militares, bem como a nomeação de interventores para a gestão de universidades, institutos federais e escolas. O branco psíquico dos grupos de extrema-direita e direita no Brasil tem produzido paralisia e estupefação.

Em um momento da política nacional no qual “mitos” contribuem para erosão da esfera pública e do Estado democrático de direito, selecionamos abordar uma chaga na história brasileira, que mobiliza e conecta atores, falas, ações e políticas no presente: a Ditadura Militar. Para tanto, buscaremos uma experiência esquecida pela história da educação — um museu que, em seu projeto educativo, bateu continência aos militares e, após a democratização, tentou apagar essa memória de sua trajetória institucional.

O Museu Mariano Procópio foi selecionado como estudo de caso privilegiado, tanto por suas especificidades, que induzem a pensar o concerto dos museus nacionais a partir do interior do país, como pela relevância de seu acervo e pela intensidade de ações desenvolvidas na gestão de Geralda Armond (1944-1980).

Concebido para ser um ator importante na construção dos projetos de memória e nação dos anos 1920, o MMP, situado em Juiz de Fora/MG, é fruto da ação do colecionador Alfredo Ferreira Lage, que pretendeu realizar um grande empreendimento em prol da memória de sua família e da história do Brasil imperial. Esse museu, ao longo de sua história institucional, tem ocupado um lugar que vem sendo considerado difícil e problemático por alguns estudiosos, tendo em vista a formação do campo patrimonial no Brasil. Doado ao município de Juiz de Fora, em 1936, o museu teve como projeto narrar a história nacional, em particular a do período do Brasil Império, estando sediado em um estado da federação que, durante a primeira metade do século XX, foi crescentemente vinculado ao patrimônio colonial do país. O MMP não se enquadrava nesta narrativa adotada pelas diretrizes das políticas patrimoniais do Sphan, órgão criado no governo Vargas. A princípio, o tombamento do acervo, ocorrido em 1939, sinalizou para o reconhecimento de sua importância. Contudo, os prédios de estilo neoclássico, que abrigavam sua coleção, não foram tombados, mesmo sendo a Villa uma residência de meados do século XIX.

O lugar institucional ambíguo ocupado pelo MMP — administrativamente, municipal, mas em termos de acervo, nacional – dificultou a perpetuação e a difusão do projeto de memória de Alfredo Lage, embora ele integrasse, no início do século XX, uma rede de sociabilidades nada desprezível, formada por historiadores do IHGB, bacharéis de direito, jornalistas, colecionadores e, sobretudo, membros da nobreza, o que incluía até a família imperial. Além disso, o MMP, criado para celebrar a memória de uma elite cafeicultora e escravocrata do século XIX, estava sediado em uma cidade que se via e queria ser vista como industrializada e moderna.

Construído para expressar um projeto de visualização do passado nacional/imperial, e em diálogo com outros museus que lhe eram contemporâneos, o MMP, com o passar do século XX, investiu em múltiplas estratégias para se manter em atuação. No período da Ditadura Militar, a diretora procurou alinhar o MMP com o discurso cívico-militar por meio de ações educativas, promovendo o estreitamento de laços entre as instituições, com a realização de eventos e a abertura de novas salas em homenagem ao Exército Brasileiro. Antes de analisarmos ações educativas, devemos tentar compreender qual era a escrita da História que Geralda Armond defendia, escrevia e divulgava.

A caligrafia da saudade: pátria, tradição e educação nas penas de Geralda Armond

A diretora Geralda Armond inscreveu seu projeto pedagógico em seus artigos na imprensa local, em suas poesias e nos materiais de divulgação do MMP. A profusão de sua escrita precisa ser destacada. Em suas colunas no jornal *Diário Mercantil*, vários de seus textos eram reflexões sobre a vida, o amor e a natureza, numa tônica comum à escrita feminina da época, trazendo observações curiosas sobre a cidade e seus habitantes. Elas perfazem centenas de textos, material farto que enseja a possibilidade de múltiplas leituras e recortes. Entretanto, especialmente para o que interessa aqui, como um dos meios de acesso a suas ideias sobre a História, pátria e educação. Temas envolvendo patriotismo, catolicismo, autoritarismo e nostalgia em relação ao passado são os mais comuns em suas colunas jornalísticas.

Selecionamos o fragmento de um artigo pelo qual se permite compreender as ideias nacionalistas da autora, o que auxilia na análise de sua ação pedagógica no museu. Publicado em 1941, antes, portanto, do início de sua gestão, estrutura-se na forma de um diálogo imaginado, recurso comum à prática pedagógica vigente, com uma menininha brasileira:

Venho hoje conversar contigo, minha criancinha brasileira. Sabes bem, minha amiguinha, como os grandes se interessam por ti (...). O governo e a imprensa, enfim, todos os brasileiros, se preocupam contigo. Tu és a bonequinha viva e querida do Brasil (...), a chavezinha dourada que abre o edifício do futuro (...). Seja sempre boazinha, obediente e meiga. Inimiga da raiva e da preguiça, seja estudiosa e lembra-te sempre de Deus, rezando todos os dias. O Brasil espera tudo de ti, criancinha colegial (...).⁸

Em plena vigência do Estado Novo, a autora apropria-se do discurso patriótico propagado pelos órgãos educativos e de comunicação da época. Conforme apontado por

historiadores, a propaganda política varguista, abundante, sistemática e sofisticada enfatizava as dimensões do trabalho, da harmonia e da religiosidade como pontos determinantes para a construção de uma nação de futuro. Assim, a conexão entre política e cultura foi reforçada em inúmeras ações que envolviam desde projetos educativos formais até campanhas de puericultura, com a intenção de angariar legitimação do regime em setores amplos da sociedade.⁹ Armond retoma, a seu modo, alguns eixos da cultura política do Estado Novo, escrevendo mesmo que esse é “(...) o regime que nasceu para a salvação do Brasil”.¹⁰ E seu texto revela um importante aspecto do arcabouço político do governo Vargas, comprometido com a formação de uma nova cidadania, disciplinada e nacionalista: as crianças eram uma das chaves para o futuro do país, bem como o reforço nas supostas qualidades do gênero feminino. O lugar da menina patriótica era a escola, responsável por salvá-la da raiva e da preguiça e, portanto, dos conflitos sociais e da ausência de trabalho.

Em 1955, o texto de Geralda inscreve, com destaque, o Museu Mariano Procópio no *Álbum de Juiz de Fora* como um destino turístico para os que fossem visitar a cidade. Quer dizer, o turismo foi a chave para a articulação de um patrimônio do século XIX à construção de uma representação de cidade moderna, que, como tal, dispunha e oferecia a seus visitantes um equipamento cultural de alto valor histórico e artístico. A introdução é contundente:

O turista, verdadeiramente digno desse nome, em qualquer cidade que penetre, quer ver, além das paisagens naturais, toda a sua paisagem sentimental ou pragmática, embebida de história ou vibrante de surtos renovadores. Ora, se um desses farejadores de emoção chegar à nossa cidade trepidante, encontrará no Museu Mariano Procópio um sedativo à sua inquietação sentimental (...). E o museu, propriamente dito, lhe patenteará uma visão retrospectiva de nossa história.¹¹

O museu é compreendido e, dessa forma, integrado ao panorama geral da cidade, como pausa e lugar propício ao êxtase contemplativo. Mais do que isso, é lugar de culto à tradição, sobretudo, ao Segundo Reinado, glorificado como um tempo de inserção do Brasil à grande civilização europeia pelos laços familiares e pela erudição do imperador Pedro II. Nessa direção, ressalta a autora, a história e os museus não são “ajuntamento de lixo” ou uma “burocracia do saudosismo”, mas “um instrumento enérgico da formação nacional, uma alavanca do espírito brasileiro”. Para ela, “a história, no museu de Juiz de Fora, fala com gravidade de documentos humanos. Suas obras de arte são instrumentos de pedagogia para os homens de hoje”.¹²

As palavras de Armond sobre o sentido da história no museu, como documento humano vinculado à tradição e ao culto da pátria, denotam a compreensão da necessidade de se criar uma narrativa por meio dos objetos que tenha sentido e cumpra um papel pedagógico. Dessa forma, ela parece estar ciente da necessidade de ações memoriais para se contrapor a uma burocracia do saudosismo.

O texto evidencia suas concepções de história, museu e de educação, como a seguir: “(...) se o presente só vale em função do passado e do futuro, bendigamos a tradição, cujo prodígio está na sua unidade (...).¹³” A autora referia-se à unidade de tradições, de cultos e de memórias, mecanismos pelos quais a pátria manteria sua trajetória de ordem e progresso. Em sua visão, o museu podia não ser um castelo, mas, sem dúvida, era uma fortaleza da tradição. Com lirismo, Armond definiu o museu como a “arca das tradições da nacionalidade (...), [local] onde os quadros fremem, as esculturas (...) palpitam, os livros falam, as cartas sangram, as armaduras cantam hinos de glória (...)”.¹⁴ Afora o caráter poético de sua escrita, é possível perceber nela uma dada concepção de fonte histórica, que fala, sangra e canta. Portanto, ela age independentemente de ação externa, cabendo ao historiador ouvi-la, observá-la, como se o passado pudesse ser revivido, sem qualquer refração ou intervenção do presente, não sendo uma construção feita por sujeitos em determinado tempo e lugar.

O museu, ninho das relíquias, seria um espaço para abrigar os objetos-viventes, sem necessidade de investir em pesquisa e produção do saber. Os objetos “falam por si”, uma concepção do fazer historiográfico e da função dos museus fundamental para a compreensão do projeto de Geralda Armond.

A gestão da diretora no MMP foi marcada pela forte inflexão de uma vocação pedagógica. Em um contexto no qual o colecionismo deveria se relacionar a uma pedagogia da nacionalidade, imprimir esta nova feição em um museu era estratégico para a sua manutenção e fortalecimento institucional. Selecionamos, aqui, seu trabalho educativo no período da ditadura brasileira.

Bater continências: ações pedagógicas na Ditadura Militar

O Museu Mariano Procópio, localizado contíguo à 4ª Região Militar,¹⁵ local de onde partiram as tropas para o golpe de 1964, celebrou o período da ditadura ao longo de vários anos.

Em todas as ações comemorativas realizadas durante a gestão de Geralda Armond, o exército foi a instituição mais prestigiada. Na administração da diretora, o

acervo foi ampliado com medalhas, condecorações, armas, esculturas e objetos pessoais pertencentes a altas patentes do Exército, da mesma forma que surgem salas expositivas especialmente destinadas ao duque de Caxias e ao general Mourão.

É difícil descortinar as relações mantidas entre Armond e o grupo militar antes do golpe, mas, após a instauração do regime civil-militar, os diálogos são intensos, o que pode ser analisado em diferentes frentes. Por um lado, Armond havia participado da militância da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), com grande poder de liderança na cidade. Por outro, o museu foi utilizado como campo para a celebração e a difusão de heróis, valores e práticas relacionadas ao militarismo e ao civismo, caros ao período e, mais que isso, diretamente ligados a ele. Apesar disso, é preciso ressaltar que a valorização de aspectos relacionados ao exército, como disciplina, patriotismo e, principalmente, autoridade, têm longa tradição em uma narrativa cívico-patriótica que teve no Estado Novo um momento de grande reforço, tendo sido experimentada pelo MMP. Dessa forma, é bom lembrar que Caxias se transforma no patrono do exército exatamente durante o Estado Novo, embora o dia 25 de agosto já viesse sendo comemorado como Dia do Soldado desde a década de 1920. Não é surpreendente, assim, que a primeira comemoração do Dia do Soldado no museu tenha ocorrido em 1939, o que parece ter continuado a ocorrer, uma vez que foram encontradas notícias da festa, na imprensa, em 1943.

Essas sessões cívicas, como eram chamadas, foram mencionadas pela última vez em 1951, e nos relatórios posteriores não se encontrou mais registro de qualquer comemoração. Somente a partir de 1964, elas retornam, já que esse é o período em que o exército alcança maior prestígio no museu. Não houve imposição do regime, ao contrário, havia uma profunda identificação política da diretora com o projeto militar de coesão nacional e expurgo dos “inimigos” da nação, sobretudo os considerados comunistas. O ideário militar foi defendido não somente nas galerias do museu, mas nas ruas, nos clubes e nas redes de sociabilidade.

Assim, mesmo com a manutenção das comemorações do Dia do Soldado, cada vez mais se consagrava a própria “revolução”, relembrada pelos seus aniversários, como se um novo calendário cívico se impusesse ao museu e ao país. Indício de tal transferência de importância ocorreu em 1966, na comemoração do segundo aniversário da “revolução democrática”, com a doação feita ao museu, realizada pelo próprio general Mourão, do fardão militar que trajava no dia 31 de março. Simbolicamente, o

MMP passa a possuir, a partir desse momento, os fardões originais de dois heróis nacionais, o do imperador Pedro II e o do general Mourão Filho, embora tais ligações não tenham sido explicitamente exploradas à época. Se o fardão doado em 1966 possuía a aura do seu possuidor e, principalmente, do fato histórico que desencadeou e presenciou, as doações do final da década, realizadas pelo mesmo Mourão, envolvem objetos de grande simbolismo e também de valor econômico. Nas comemorações do sexto aniversário da “revolução”, em 31 de março de 1970, uma espada de ouro e várias condecorações do mesmo general foram doadas ao museu. O potencial aurático do objeto é exacerbado pelo pertencimento ao novo herói mineiro, bem como pela doação ainda em vida, o que legitimava o Museu Mariano Procópio como um lugar de memória de tal movimento. Nesse mesmo ano, também o dia 25 de agosto foi comemorado em grande solenidade cívico-social com a presença de escolares e autoridades políticas.

Em 1972, ano do sesquicentenário da Independência do Brasil e do centenário de morte de Mariano Procópio, o 31 de março não foi esquecido. Houve uma exposição de cartazes, fotos e objetos sobre a “revolução gloriosa”. O mesmo evento ocorreu nos anos subsequentes e a maior variação ocorreu em 1973, quando uma semana inteira foi dedicada às comemorações do 13º aniversário do evento.¹⁶ Em correspondência ao então prefeito Itamar Franco, a diretora descrevia o projeto da exposição:

Nesse certame de civismo aparecerão cartazes e fotografias alusivas ao movimento democrático de 64, além da espada de ouro, cachimbo e condecorações pertencentes ao chefe da revolução, Gen. Olympio Mourão Filho, ao lado do patrono, valoroso duque de Caxias.¹⁷

Nota-se a valorização dos objetos semióforos doados pelo próprio general Mourão e a preocupação em didatizar o “movimento democrático”, nas palavras da diretora, com cartazes e fotografias, incorporando um fato da história recente no museu. Já o final da década de 1970 marcou um período de declínio do museu, com roubos, fechamento ao público e obras em curso. Ainda assim, o relatório administrativo de 1978 aponta a realização de uma “oração audiovisual em homenagem a Caxias”, no dia 25 de agosto, sem maiores detalhes sobre o público e o conteúdo do evento. Dessa forma, mesmo em tempos de intempéries e transição política, Geralda Armond zelou pela chama da pira da tradição.

Por fim, cumpre destacar que a longa gestão de Armond foi responsável pela atualização memorial do Museu Mariano Procópio, bem como a consolidação de uma prática pedagógica profundamente referenciada no pensamento barroseano, que visava o

culto às tradições e ao civismo. Nessa concepção, o passado poderia ser resgatado pelas fontes, sobretudo materiais, que possuíam a capacidade de evocação do passado. Logo, possuir os objetos considerados auráticos — seja da família imperial ou da “revolução democrática” — era uma forma de inscrever a narrativa proposta pelo Museu Mariano Procópio no cenário nacional, ultrapassando os limites de uma cidade interiorana de Minas Gerais. As ações pedagógicas e comemorativas dessa gestão atraíram muitos visitantes, dados relevantes mesmo se comparados a outras instituições museais da época. Desse modo, o pensamento barroceano fundamentou as ações pedagógicas e museológicas de Geralda Armond, responsável por estender e atualizar, durante boa parte do século XX, uma concepção de História e educação.

Aos poucos, a proposta de conservação da tradição imperial foi dando espaço ao uso mais dinâmico da instituição, com foco nas promoções artísticas, no reforço da importância da História Natural e no parque. A dimensão turística foi bastante valorizada pela imprensa, principalmente a partir das décadas de 1970-80. Apesar disso, a marca mais forte dessa gestão foi a relação original entre presente e passado à época do regime civil e militar por meio da qual a atualização memorial da coleção e do projeto de memória de Alfredo ocorreu de forma mais contundente.

Lidar com essa memória após a redemocratização do Brasil foi, sem dúvida, um desafio para os gestores seguintes, que optaram pelo silenciamento de uma aliança que se tornou maldita, apesar de ter deixado muitos rastros.

Por isso, acreditamos que historicizar as práticas de educação em museus históricos pode também fornecer chaves, algumas bastante incômodas, para o olhar menos identitário sobre projetos educativos em museus, mais atento às negociações e ajustes, às táticas e estratégias, do que para uma procura por construções de marcos, mitos e caminhos únicos. Assim, defendemos que uma tarefa inequívoca do(a) pesquisador(a) — professor(a) de História atuante em museus — seja fazer defeitos nas memórias, inclusive nas produzidas pelo campo.

A dimensão ética de nosso trabalho requer coragem, pois há feridas purulentas na memória nacional que exigem a dor como elemento de luto e luta. Há deveres de memória, há possibilidades de devires.

¹ Ver, por exemplo, a dissertação de Marcelle Pereira e as teses de F. Rangel e Paulo Sily: PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Educação Museal. Entre dimensões e funções educativas: análise da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. Dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: UniRio, 2010; RANGEL, Jorge Antonio. *A musealização da*

educação na antropologia de Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1905-1936). Tese de doutorado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, 429 f.; e SILY, Paulo Rogério Marques. *Casa de Ciência, Casa de Educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)*. Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, 399 f.

2 Cf. entrevistas com Aílton Krenak e Paulo Tavares (UNB). In: ALTNBERG, Ana et alii. *8 reações para o depois*. Rio de Janeiro: Entre, 2019.

3 BUCK-MORRS, Susan. *O presente do passado*. Florianópolis: Cultura e barbárie, 2018, p. 18.

4 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição”. *Estudos Históricos*, v. 28, no 55. Rio de Janeiro: FGV, Set., 2015, p. 211-228. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761>. Acesso em: 25 Out. 2019.

5 FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB, 2001, p. 245.

6 ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Paris: Les Éditions Textuel, 1998.

7 JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. “Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da História”. In: ROCHA, Helenice et alii. *Qual valor da história hoje*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 66.

8 ARMOND, Geralda. “Cartão Postal”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 05 Mar., 1941.

9 Ver CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998.

10 Idem, 10 Nov., 1941.

11 ARMOND, Geralda Ferreira. “Museu Mariano Procópio”. In: BASTOS, Wilson de Lima (org.). *Álbum do Município de Juiz de Fora*. São Paulo: Habitat Editora, 1955.

12 Idem.

13 Ibidem.

14 Ibidem.

15 A 4ª Região Militar foi sediada no bairro Mariano Procópio até 1974, sendo transferida para Belo Horizonte no mesmo ano. Atualmente, o espaço é ocupado pela 4ª Brigada de Infantaria Motorizada.

16 ARMOND, Geralda. *Relatório Administrativo*. AH/ MMP, 1977.

17 Idem, Relatório setorial. GA/Divulgação. AI/MMP, 1970-1973. O Arquivo Histórico criou uma subdivisão para os documentos relativos à “Divulgação cultural” ou “Divulgação de eventos” da gestão Armond a partir de 1970, o que indica a profusão de atividades realizadas por ela nessa década.